

EVANGÉLICO, CRISTÃO, CRENTE: UM CASO DE RESSEMANTIZAÇÃO¹

Lucas S. Campos
UESB/PROHPOR/GRAM

A semântica cognitiva se assenta precisamente na capacidade humana de imaginação e a integração está no centro da imaginação.
(FAUCONNIER 2000 *apud* Castilho 2001, p. 29)

Considerações Iniciais

No caldeirão fervente em que se constituiu a ciência lingüística, o fator mudança, como afirma Martelotta (2003a, p.57), representa um dos aspectos que mais têm intrigado os lingüistas. A respeito das transformações das línguas, tem borbilhado nesse caldeirão uma série de problemas, dentre eles, três levantados por Coseriu ([1958] 1979): (i) Por que, ou para que as línguas mudam? (ii) Como as línguas mudam? (iii) Sob que condições ocorre uma determinada mudança lingüística? Este trabalho apresenta-se ligado a esses problemas, mas, longe de tentar recobri-los ou solucioná-los, apenas pretendemos, à luz do Funcionalismo, indicar uma ocorrência de possível mudança lingüística, situada no campo da semantização, processo que, com as expressões: *evangélico cristão*, e *crente*, julgamos, no momento, encontrar-se na fase da ampliação do valor semântico em relação àquela com que se apresentam dicionarizadas.

Desejamos deixar claro que este estudo pretende apenas se constituir uma contribuição para a ciência da linguagem, ao revelar um fenômeno de mudança lingüística, perscrutado em uma comunidade de fala. De modo algum, temos o objetivo interferir nas relações diplomáticas entre as congregações ou segmentos religiosos aqui citados.

O Funcionalismo no panorama da ciência lingüística

No panorama da ciência da língua(gem), o conceito de Funcionalismo encontra-se historicamente ligado à primeira Escola Lingüística de Praga, conjunto de autores, dentre eles, Jakobson e Trubetzkoy, que, entre os anos de 1929 e 1938, participaram do

¹ Agradecemos à professora Ms. Vívian Meira, pelo convite que nos foi formulado para fazer parte deste livro; à Pra. Cristina Vicente da Silva tanto por esclarecimentos acerca da história da igreja cristã, quanto pelo empréstimo de livros sobre essa matéria; às estudantes Ana Verena Luciano Santos Campos e Dulcilene Silva Freitas Gomes pelo apoio na pesquisa de campo e apuração dos dados e ao prof. Dr. Mário Eduardo Martelotta pela valiosa revisão feita nos originais, embora assumamos total responsabilidade por eventuais inconsistências que possam ser detectadas no texto.

Círculo Lingüístico de Praga, tendo publicado seus trabalhos com o título *Travaux du Cercle Linguistique de Prague*².

A rigor, os estudos sobre as funções da linguagem são oriundos do campo da psicologia. Como aponta Câmara Jr. (1974, p. 17), ao indicar que, preocupado com o estudo do pensamento humano, o psicólogo alemão Karl Bühler (1934) apontou três funções para a linguagem: (i) a representativa, ou de representação, cuja característica central seria a de analisar, ordenar e representar o espaço vital do homem: o ambiente em que ele vive; (ii) a de exteriorização psíquica, em que a linguagem estaria empenhada em exprimir as emoções humanas; (iii) a apelativa, em que a linguagem procuraria influenciar o receptor, com vistas à mudança do seu comportamento.

Jakobson adicionou a essas, outras três funções, correlacionando-as a cada um dos componentes do processo de comunicação: (i) a função poética que, centrada na mensagem, reveste-a de um tratamento estético, procurando dotá-la de criatividade e/ou de subjetivismo; (ii) a função metalingüística que, centrada no próprio código, procura explicá-lo; e (iii) a função fática, que visa à manutenção do contacto entre o emissor e o receptor e assim fixou seis funções para a linguagem, cada uma delas mais diretamente ligada a um dos fatores do ato de comunicação verbal: (i) ligada ao contexto – função referencial; (ii) ligada ao emissor – função emotiva; (iii) ligada ao destinatário – função conativa; (iv) ligada ao contato – função fática; (v) ligada ao código – função metalingüística; (vi) ligada à mensagem – função poética.

Com essas bases, o Funcionalismo lingüístico, com o decorrer do tempo, trilhou um desenvolvimento próprio e diversificado, de modo que hoje:

Caracterizar o *funcionalismo* é uma tarefa difícil, já que os rótulos que se conferem aos estudos ditos “funcionalistas” mais representativos geralmente se ligam diretamente aos nomes dos estudiosos que os desenvolveram, não a características definidoras da corrente teórica em que eles se colocam (NEVES [1997] 2001, p.1).

Com efeito, dentro do que vem sendo denominado ou autodenominado *Funcionalismo*, existem modelos muito diferentes, o que permite a Pezatti (2004, p. 167) tecer a seguinte consideração:

O termo “funcional” tem sido vinculado a uma variedade tão grande de modelos teóricos que se torna impossível a existência de uma teoria

² A segunda Escola Lingüística de Praga refere-se a um grupo de autores cujos trabalhos tornaram-se conhecidos a partir de 1966, com a publicação do primeiro número da revista *Travaux Linguistiques de Prague*.

monolítica que seja compartilhada por todos os que se identificam com a corrente funcionalista.

Entre esses modelos, contudo, podem ser destacadas similaridades suscetíveis de se constituírem num denominador comum, capaz de fornecer a caracterização básica do que seja uma teoria funcionalista da linguagem. Acerca desses modelos, Neves ([1997] 2001, p.2) indica que:

Qualquer abordagem funcionalista de uma língua natural, na verdade, tem como questão básica de interesse a verificação de como se obtém a comunicação com essa língua, isto é, a verificação do modo como os usuários da língua se comunicam eficientemente.

O que a análise funcionalista examina é a competência comunicativa, considerando as estruturas das expressões lingüísticas como em um quadro de funções, no qual cada função é vista como um diferente modo de significação.

Ao apresentar a Gramática dessa corrente teórica, Neves, com base em Martinet assinala que o termo funcional só tem sentido para os lingüistas, se encarado *com referência ao papel que a língua desempenha para os homens, na comunicação de sua experiência uns aos outros*. Assim, a autora define a gramática funcional, como uma teoria da organização gramatical das línguas naturais que procura se integrar em uma teoria global da interação social e entende a gramática como acessível às pressões do uso. Desse modo, em relação à competência comunicativa, o funcionalismo avalia a capacidade que os indivíduos têm tanto para codificar e decodificar expressões, quanto para usar e interpretar essas expressões satisfatoriamente.

Ainda a partir da autora, listamos os seguintes princípios da Gramática Funcional, relevantes para uma melhor compreensão do fato lingüístico a ser tratado:

- A linguagem não é um fenômeno isolado, mas, pelo contrário, serve a uma variedade de propósitos (Prideaux, 1987);
- A língua (e a gramática) não pode ser descrita nem explicitada como um sistema autônomo (Givón, 1995);
- A língua é um instrumento que as pessoas usam para atingir determinados objetivos (de Groot, 1997);
- Na gramática estão integrados os componentes sintático, semântico e pragmático (Dik, 1978, 1979, 1980, 1989; Givón, 1984);

- Existe uma relação não-arbitrária entre a instrumentalidade do uso da língua (o funcional) e a sistematicidade da estrutura da língua (o gramatical) (Mackenzie, 1992);
- A gramática é susceptível às pressões do uso (Du Bois, 1993), ou seja, às determinações do discurso (Givón, 1979), visto o discurso como a rede total de eventos comunicativos relevantes (De Beaugrande, 1993);
- A gramática resolve-se no equilíbrio entre forças internas e forças externas ao sistema (Du Bois, 1985);
- O objeto da gramática funcional é a competência comunicativa (Martinet, 1994).

Nesse quadro teórico, destacamos a posição de Halliday (1973, p.104) para quem *função* não se refere aos papéis desempenhados pelas classes de palavras ou pelos sintagmas, mas ao papel que a linguagem desempenha na vida dos indivíduos:

I am using 'function' (...) to the generalized notion of 'functions of language'. By a functional theory of language I mean one which attempts to explain linguistic structure, and linguistic phenomena, by reference to the notion that language plays a certain part in our lives; that it is required to serve certain universal types of demand.³

Para Halliday, a linguagem serve, em primeiro lugar, à expressão do conteúdo e tem uma função *ideacional*. Por meio dessa função, o falante e o ouvinte organizam e incorporam, na língua, a sua experiência dos fenômenos do mundo real, assim como a experiência de fenômenos do mundo interno da própria consciência: suas reações, cognições, percepções e seus atos lingüísticos de falar e de entender, o que permite o reconhecimento de duas subfunções, a *experencial* e a *lógica*. Em segundo lugar, a linguagem serve à função *inter-pessoal*: o falante usa a linguagem como um meio de participar do evento de fala, expressando seu julgamento pessoal, suas atitudes e as relações que estabelece consigo próprio e com o seu ouvinte. Assim, a função interpessoal é interacional, constitui-se num componente da língua que serve para organizar e expressar tanto o mundo interno quanto o mundo externo do indivíduo. O autor afirma que a mudança se verifica nos elementos da função interpessoal, através

³ Emprego o termo *função* (...) para a noção generalizada de *funções da linguagem*. Por teoria funcional da linguagem, entendo aquela que tenta explicar a estrutura lingüística e os fenômenos lingüísticos, com referência à noção de que a língua desempenha um papel em nossas vidas e deve servir a certos tipos universais de demanda.

dos elementos textuais e que está também voltada para o papel do reforço da *informatividade, das implicaturas conversacionais e da metonímia* no desenvolvimento das categorias gramaticais.

O autor aponta ainda a *função textual* que é instrumental para as duas anteriores e que diz respeito à criação do texto; a função textual não se limita simplesmente ao estabelecimento de relações entre as frases, mas refere-se também à organização interna da frase e ao seu significado como mensagem, tanto em si mesma como na sua relação com o contexto.

Gramaticalização, discursivização e semantização

No conjunto de abordagens funcionalistas, encontramos a *gramaticalização* como uma grande linha de estudos, ligados a processos constitutivos da linguagem. Contudo, tanto em 1997, p. 59, quanto em 2002, p. 62, Castilho propõe uma teoria que encara a língua como formada por três módulos: a gramática, o discurso e a semântica. Em 2007 p. 19, o autor amplia essa proposta, acrescentando o léxico. Desse modo, do ponto de vista teórico, contamos, hoje, no Funcionalismo, com a possibilidade de estudar a língua a partir de quatro grandes processos constitutivos: (i) gramaticalização; (ii) discursivização, (iii) lexicalização e (iv) semantização. Situamos, pois, esta abordagem no âmbito da semantização.

A lingüística cognitiva na tradição funcionalista – a semantização

Para uma melhor compreensão do fenômeno indicado neste artigo, se faz necessária uma abordagem, ainda que breve, mas que possa indicar a relação possível entre a semantização e a Lingüística Cognitiva.

No âmbito da Gramática Funcionalista, o conceito de “cognição”, de acordo com Castilho (2002, p. 65) representa o conhecimento que pode ser obtido através da linguagem, em outras palavras, o modo como a linguagem pode contribuir para o conhecimento do mundo. O autor informa que, para Langacker (1987) cognitivo vem a ser: (i) insistir que, mesmo a função interativa da linguagem tem uma base conceitual; (ii) admitir que a linguagem é causada/ocasionada por outros sistemas e habilidades cognitivas mais básicas, tais como a percepção, a memória a categorização, dos quais ela não deve ser destacada como se fosse uma entidade distinta, contida em si mesma;

(iii) depender apenas de habilidades mentais bem estabelecidas, não exclusivas da linguagem e (iv) se forem necessárias algumas especificações inatas, peculiares à linguagem, estas devem ser interpretadas como adaptações especializadas de fenômenos cognitivos mais básicos, e não como algo separado, *sui generis*.

Levando em conta a indicação de Castilho (2002, p. 21) de que entre os campos de investigação abarcados pela Linguística Cognitiva, podemos encontrar os seguintes: Teoria da metáfora, Teoria dos espaços mentais, Gramática cognitiva e a Semântica construcional, podemos, pois, admitir que a semantização faça parte desse rol de estudos. Ao tratar do assunto, em 1997, p. 60, o autor conceitua o fenômeno da semantização como:

A alteração semântica por que passam os itens em sua utilização gramatical ou discursiva. Acompanhando sua recategorização gramatical, os itens podem ser ressemantizados, sofrer alterações na direção de seu escopo ou em sua abrangência fórica, e assim por diante. Parece-me inadequado retratar tais casos como fenômenos de “dessemantização”. Não há perdas, há modificações de sentidos.

Nessa ocasião o autor acrescenta que a Semântica lexical e criação dos sentidos: intensão, extensão, metáfora, metonímia etc.; a Semântica Sintática ou Composicional e criação dos significados: referência, predicação, dêixis, foricidade, conjunção e a Semântica Discursiva e criação das significações: inferência, pressuposição etc. poderiam constituir uma agenda de pesquisas sobre a semantização.

Mais tarde, em 2002, p. 63, o autor assinala que a semantização co-ocorre com a gramaticalização e indica que por semantização podemos entender um conjunto de fenômenos sistematizados em:

- categorias do significado;
- processos de alteração do significado;
- bases cognitivas da criação do significado.

Por estarem mais próximos do nosso foco, nos ateremos a comentar apenas os *processos de alteração* e as *bases cognitivas da criação do significado*.

No tocante aos *processos de alteração do significado*, destacamos a *metáfora*, a *metonímia* e a *especialização*.

A metáfora e a metonímia representam os principais processos de alteração do significado. A metáfora, um processo essencialmente cognitivo, se constitui na transferência de um sentido A para um sentido B, em função de alguma similaridade entre eles. “A metáfora não opera mudanças radicais nas propriedades intensionais do

item”, destaca Castilho. Nesse mecanismo, por exemplo, um verbo como *ver* ‘olhar, perceber com os olhos’, passa a significar ‘saber, perceber com a razão’, e depois, ‘compreender’. Arremata o autor:

De A para B, e de B para C, percebe-se um movimento que vai de um sentido básico, mais concreto, para sentidos derivados mais abstratos, preservando o sentido de base de “captar algo”. A teoria dos casos retrata esse movimento do concreto, discursivamente motivado, para o abstrato, estruturalmente determinado (CASTILHO 2002, p. 63).

A metonímia, um processo basicamente estrutural, é caracterizada como uma mudança de sentido desencadeada por itens ligados por uma associação sintática. Na metonímia, a palavra é ressemantizada, e o sentido B não guarda relações com o sentido A, em virtude de um jogo de perda/ganho de propriedades intensionais.

Quanto à especialização, entendemos que a frequência de uso de dada expressão em determinado contexto e/ou com determinado valor semântico, favorecida pelo fator tempo, acaba especializando a expressão naquele contexto, o que acaba lhe conferindo um novo sentido dito especializado.

No que diz respeito às bases cognitivas da criação do significado, o autor indica que essas são associadas à teoria dos espaços mentais, desenvolvida por Fauconnier (1984), quando este, juntamente com outros estudiosos, defende que o domínio da Semântica não é diretamente o da referenciação e o das condições de verdade, e sim o da estruturação dos espaços. Explica Castilho (2002, p. 25):

Essa teoria passou por três momentos: concepção de espaço mental, espaço mental e mapeamento, e combinação de espaços mentais na criação do pensamento. Esta última fase aparece em Fauconnier e Turner (2000 in press)⁴, cujo título explica tudo: *O modo como pensamos*, ou numa tradução livre, *Caminhos do pensamento*.

Com efeito, esse título corrobora a idéia que aqui defenderemos, *a ampliação semântica das expressões “cristão, evangélico e crente”*, o que será visto em seguida.

Evangélico, cristão, crente: Um caso de ampliação de valor semântico perscrutado na cidade de Vitória da Conquista – BA

No início do século XVI, no Norte da Europa, manifestações de desaprovação de atitudes da igreja católica tornaram-se constantes. De acordo com Hurlbut ([1967] 1979, p. 141), no dia 31 de outubro de 1517, ocorreu o mais marcante desses movimentos, foi a data em que Martinho Lutero afixou, na porta da Catedral de

⁴ Obra publicada em 2003.

Wittenberg, na Alemanha, um pergaminho, contendo noventa e cinco teses ou declarações, não somente relacionadas com a venda de indulgências, mas também à rejeição da autoridade do clero e do papa. Estavam assim lançadas as bases da reforma que, mais tarde, veio a ser qualificada como *protestante*.

Na Suíça, esclarece Hurlbut (p. 145), a Reforma, apesar de independente do movimento ocorrido na Alemanha, se deu, mais ou menos, simultaneamente. De início, sob a liderança de Ulrico Zuínglio. Mais tarde, com a sua morte, em 1531, sob a direção de João Calvino, “o maior teólogo da igreja, depois de Agostinho”, assinala o autor.

A partir de então, as idéias de Lutero e Calvino, em outras palavras, o protestantismo, se espalhou pelo mundo, dando origem a uma série de congregações, dentre elas a anglicana, a presbiteriana e a batista que, a despeito de divergentes entre si, em muitos aspectos, apresentam dois pontos em comum, o cristianismo e a rejeição à autoridade do papa. Essa doutrina começou ser difundida no Brasil, a partir de 1555 e veio a se fortalecer a partir de 1859, com a chegada de pastores de diversos segmentos congregacionais.

Embora possuindo denominações específicas, esses segmentos congregacionais eram também conhecidos pela designação genérica de *protestantes*. Entre o final do século XIX e início do séc. XX, os fiéis dessas congregações, por se sentirem desconfortáveis com essa denominação, pois julgavam-na inadequada, passaram a adotar a autodenominação de *crentes*, termo vigente até hoje, embora com uma freqüência muito baixa, como poderá ser visto no quadro 1, adiante. A partir do final do séc. XX, as congregações religiosas não-católicas passaram a adotar outros dois termos para se identificarem: *cristãos e evangélicos*. Essa afirmação está baseada em uma consulta realizada, entre os meses de novembro e dezembro de 2007, em Vitória da Conquista, terceira maior cidade do Estado da Bahia, com 300.000 habitantes, situada na região Sudoeste, a 530 quilômetros da capital.

Os informantes foram selecionados a partir de três faixas etárias: (1) de 15 a 30; (2) de 31 a 50 e (3) acima de 50 anos de idade. Foram, portanto, consultadas 150 pessoas, o que corresponde a 0,05% da população. No que pese a relativa inexpressividade do número de pessoas consultadas, valha o aspecto qualitativo das respostas, visto que a nossa intenção não se refere à quantificação de adeptos desta ou daquela congregação ou religião, mas sim à forma como as pessoas ligadas às congregações religiosas oriundas do protestantismo se identificam.

Como pano de fundo para a consulta, lançamos mão da questão de múltipla

escolha: “Você (O Sr. ou A Sra.)acha que, nas próximas eleições, o povo votará com mais consciência?”. Essa pergunta apresenta três opções como resposta: SIM; NÃO ou NÃO SEI. Em seguida, eram solicitados das pessoas os seguintes dados: Nome, apenas o primeiro (ou pré-nome); faixa etária, item registrado a partir das faixas de idade anteriormente indicadas e a pergunta sobre a religião, questão feita de forma aberta: “Qual a sua religião?” ou “Qual a religião do(a) Sr(a).”, cuja resposta era registrada analiticamente, ou seja por extenso. Apenas para que a entrevista não fosse encerrada abruptamente, a ficha de consulta foi dotada de mais duas questões opcionais, as quais, naturalmente, não foram apuradas neste trabalho. Uma diz respeito à escolaridade e a outra à coleta de alguma informação complementar, obtida através de conversa informal, quando a situação assim o permitia. Essa última era formulada do seguinte modo: Você (O Sr. ou A Sra.).gostaria de fazer algum comentário a respeito da situação política do país? Na maioria dos casos, mesmo sem a formulação da pergunta, o(a) entrevistado(a) tecia comentários, alguns informantes a respeito da situação política do país, outros a respeito do assunto religião.

O aspecto sócio-econômico também não foi levado em consideração, mas, para que pudéssemos consultar pessoas de menor e maior poder aquisitivo, as entrevistas foram realizadas tanto em bairros populares, quanto em bairros de classe média e média alta.

Para que possamos realizar a análise do fenômeno de ressemantização em evidência, a partir dos dados coletados, construímos dois quadros, o quadro 1, contendo a distribuição dos informantes por opção religiosa e o quadro 2 com o cruzamento da indicação da faixa etária X religião/congregação dos entrevistados.

Religião	Quantidade	%
Batista	3	2
Católica	72	48
Crente	9	6
Cristã	29	19
Espírita	3	2
Evangélica	31	21
Não tenho	3	2
Total	150	100

Quadro 01 – Distribuição geral da opção religiosa
Fonte: Pesquisa de campo

Religião	15 a 30	31 a 50	+ de 50 anos	Total
-----------------	---------	---------	--------------	--------------

Batista	1	1	1	3
Católica	20	23	29	72
Crente	0	0	9	9
Cristã	13	12	4	29
Espírita	0	3	0	3
Evangélica	15	10	6	31
Não tenho	1	1	1	3
Total	50	50	50	150

Quadro 02 – Opção religiosa por faixa etária

Fonte: Pesquisa de campo

O segundo quadro nos permite à primeira vista tecer, pelo menos, três considerações mais gerais:

1. A denominação *crente* foi encontrada apenas entre os falantes da faixa etária 3, o que, a princípio, pode ser um indicador da preferência dos mais jovens pelas outras duas: *cristão* e *evangélico*, com o conseqüente desuso, em um futuro próximo, daquela expressão.
2. A designação *católico* encontra-se bem distribuída entre as três faixas etárias, o que representa um indício de estabilidade de identificação dos fiéis desse segmento religioso, através dessa denominação, o que pode indicar que, do ponto de vista lingüístico, não está havendo uma disputa ou concorrência pelas designações aqui apreciadas, ou seja: *cristão*, *evangélico* e *crente*.
3. A preferência de identificação através das designações *cristão* e *evangélico*, entre os fiéis ligados às congregações advindas de Lutero/Calvino, recai sobre as duas primeiras faixas etárias. Esse fato nos permite admitir que essas denominações tendem a se estabilizar entre esses segmentos, o que, de certo, favorecerá o processo de ressemantização aqui defendido.

Antes de tecermos os comentários sobre o primeiro quadro, lembramos que, se não impossível, será difícil encontrar na história das línguas algum fato de mudança abrupta ou repentina, visto que todo fenômeno de mudança lingüística ocorre de maneira lenta e gradual. Retomando, pois, o conceito de semantização de Castilho (1997, p. 60):

A alteração semântica por que passam os itens em sua utilização gramatical ou discursiva. Acompanhando sua recategorização gramatical, os itens podem ser **ressemantizados**⁵, sofrer alterações na

⁵ Grifo nosso.

direção de seu escopo ou em sua abrangência fônica, e assim por diante.

Entendemos aqui como ressemantização a alteração de valor semântico por que podem passar os itens lexicais. Com esse ponto de vista, acreditamos que esse processo ocorra em etapas ou fases, sendo a primeira delas a de ampliação do significado, em relação àqueles com que se apresentam dicionarizados. Essa lógica nos permite julgar que as expressões: *evangélico*, *cristão*, e *crente*, neste momento, se encontram nessa fase, ou seja, sendo submetidas a um processo de ampliação do valor semântico com que normalmente se encontram registradas nos dicionários.

Analisando o quadro 1 que apresenta a distribuição geral da opção religiosa dos entrevistados, podemos observar que do ponto de vista funcional, neste momento, podem ser creditados três valores semânticos a essas expressões, quais sejam:

1. O de identificação como seguidor/pregador e crente em Cristo e nos evangelhos.

Essas acepções das palavras em estudo correspondem aos seus significados de base, indicados pelos dicionários. Até aí, nenhuma novidade. O que chama a atenção é que, além desses sentidos elas permitem ao receptor entrever ou admitir:

2. A incorporação (agregação) do valor semântico de 'não-católico' e
3. A sugestão de que os católicos não são cristãos ou evangélicos, ou seja, não são seguidores de Cristo ou pregadores dos evangelhos.

Podemos representar esse pensamento através do seguinte esquema gráfico:

SIGNIFICANTE	SIGNIFICADOS SIMULTÂNEOS
Deus/Cristo	Seguidor de cristo/pregador dos evangelhos/crente em Deus/Cristo
Evangélico/cristão/crente	Não-católico
Deus/Cristo	O católico não é evangélico nem cristão nem crente em Deus/Cristo

Apreciando, inicialmente o aspecto mais geral, aquele que diz respeito à mudança lingüística, tomando por base a assertiva de Martelotta (2003a, p. 69), de que a mudança lingüística deve ser entendida como um fenômeno tridimensional, ou seja, a trajetória de mudança de um elemento lingüístico é um reflexo de, pelo menos, três aspectos diferentes: *tempo* e, sobretudo, *cognição* e *uso*. Podemos observar que, no

fenômeno em discussão, o mecanismo da pressão da informatividade apresenta-se incrementado por esses três elementos, visto que, em função do constante uso, e com a ação de mecanismos cognitivos, as pessoas vão sendo, com o tempo, como que familiarizadas com as expressões *evangélico* e *cristão*, com maior intensidade e *crente*, ainda que essa com uma frequência menor (Cf. quadro 1), a partir do seu triplo valor semântico, anteriormente esquematizado, fenômeno que se configura, no momento, como o início do processo de ressemantização dessas palavras, ou seja, o processo de ampliação do valor semântico. Com a ação do fator tempo, as expressões, poderão, talvez, atingir um grau pleno de ressemantização, em que o significante seja associado a um novo significado, que poderá ser o seguinte: ‘apenas X é cristão e/ou evangélico e ou *crente*’, em que X representa as múltiplas congregações protestantes.

Podemos assim ratificar essa análise com a seguinte conclusão do autor:

Se *tempo* é fator necessário para que os processos de mudança se façam sentir, *cognição* e *uso* são de fundamental importância para uma teoria que interpreta as línguas humanas como o reflexo do comportamento, no ato concreto da comunicação, das restrições cognitivas associadas à captação de dados da experiência, à sua compreensão e ao seu armazenamento na memória, assim como à capacidade de organização, acesso, utilização e transmissão adequada desses dados. Nesse sentido, a mudança ocorre pela necessidade diferenciada da atuação desses fatores cognitivos, que é ditada no contexto de cada distinta situação de comunicação. (MARTELOTTA 2003a, p. 69)

Abordando um aspecto mais particular, ligado, especificamente, ao possível processo de ampliação semântica, rumo à ressemantização dos vocábulos em estudo, podemos afirmar com base em Guiraud (1989, p. 15) que, sendo o signo um estímulo associado a outro estímulo do qual ele evoca a imagem mental, a significação pode ser encarada como um processo psíquico que se passa no espírito, através de uma associação de natureza psíquica: *não são as coisas, mas as imagens mentais das coisas e a idéia que delas fazemos que estão associadas em nosso espírito*, defende o autor. Isso nos permite afirmar que a associação que o falante/ouvinte pode fazer a partir das expressões em análise, atribuindo-lhes e/ou acrescentando-lhes novos significados pode ser encarada como fruto desse mecanismo cognitivo.

Essa ótica pode ser apoiada pela indicação de Martelotta (2003a, p. 70) de que devemos deixar de lado a proposta tradicional da semântica da referência, segundo a qual uma expressão lingüística é convencional e idiomatizada, semanticamente autônoma e capaz de fazer referência à realidade objetiva. Nessa perspectiva, a

realidade possui existência independente da compreensão humana, tendo como consequência o fato de as afirmações poderem ser objetivamente verdadeiras ou falsas. A significação, ao contrário, parece ter um caráter elástico, pois se estende, adaptando-se a diferentes contextos, em função de necessidades comunicativas localizadas. Nesse sentido, o autor cita Marcuschi (2000), para quem a significação é negociada pelos interlocutores em situações contextuais específicas, o que torna possível que os elementos lingüísticos se adaptem às diferentes intenções comunicativas, apresentando flutuações de sentido. Podemos enxergar claramente o caráter elástico e a flutuação de sentido das terminologias *evangélico* e *cristão*, e *crente*, empregadas, a princípio para caracterizar uma prática religiosa, mas que, acabam espraiando sua significação conforme esquematizado anteriormente (Cf. p. 10-11).

Ainda de acordo com Martelotta (2003a, p. 70) A situação comunicativa real é o palco, no qual a atuação inovadora do falante cria novos significados que são ratificados no curso da interação verbal. Nesse caso, devemos compreender a significação como algo que depende do contexto, o que significa admitir que os elementos lingüísticos não tenham uma total autonomia semântica ou um sentido apenas dicionarizado, relacionado à sua estrutura como elemento autônomo. O autor assinala que essa posição teórica pode ser vista em Lakoff e Turner (1989), autores que, embora neguem a teoria do sentido literal, defendem a existência de alguns conceitos autônomos, como *cachorro*, mas a noção de *lealdade do cachorro* só pode ser compreendida por meio de uma metáfora, que relaciona o comportamento do animal com uma característica humana. Essa concepção está muito associada a uma visão sincrônica da linguagem e permite a argumentação de que os chamados *conceitos autônomos* são, na realidade, elementos automatizados ou idiomatizados, no sentido de que sua origem perdeu-se com o tempo e que seu valor atual, livre da presença de seu uso motivador, deixa de construir, esclarece Matelotta com base em Bloomfield (*apud* McMahan, 1996), *um sentido marginal* (estendido de um sentido central anterior), para assumir o *status* de *sentido central*, a partir dos quais passam a se desenvolver outros *sentidos marginais*. A idéia da existência de conceitos autônomos se enfraquece quando pensamos que conceitos hoje aceitos como convencionais são, na verdade, resultado de mudanças semânticas, cujas origens perderam-se com o tempo.

Acreditamos que essa postulação teórica pode ser perfeitamente aplicada ao fenômeno de ressemantização aqui proposto. A atitude real de identificação das pessoas integrantes das congregações anteriormente denominadas protestantes acaba sugerindo

os novos significados: (i) não-católico e (ii) o católico não é nem evangélico nem cristão, significados esses que, aos poucos, se vão cristalizando no seio da comunidade de fala. O mecanismo cognitivo ganha operacionalização à medida que os predicativos comuns ao catolicismo e às congregações remanescentes da Reforma passam a ser utilizados como elementos identificadores de apenas um desses elementos, as congregações protestantes, processo que, por si só, como que subtrai esses atributos do outro elemento, o catolicismo. Provavelmente, esse será o caminho que elevará os novos valores semânticos dessas expressões ao *status* de sentido central, o que caracterizará a consolidação do processo de ressemantização aqui apontado.

Essa ressemantização seria ou não motivada?

Com base em Halliday (1973, p.104), (cf. p. 4) assinalamos que *função* não se refere aos papéis desempenhados pelas classes de palavras ou pelos sintagmas, mas ao papel que a linguagem desempenha na vida dos indivíduos. Com esse escopo, podemos afirmar que a adoção das denominações *cristão*, *evangélico* e *crente*, pelos adeptos das congregações nascidas da Reforma cumpre uma função, qualquer que seja. Essa função pode simplesmente estar ligada à necessidade de uma terminologia eficiente de auto-identificação, visto que a terminologia inicial *protestante* lhes fora imputada e não escolhida por eles mesmos. O fato de essas denominações passarem a experimentar o processo de ressemantização aqui indicado pode ser atribuído a um mero acaso, visto que, conforme a epígrafe que abre este texto: “A semântica cognitiva se assenta precisamente na capacidade humana de imaginação e a integração está no centro da imaginação.” (FAUCONNIER 2000 *apud* Castilho 2001, p. 29).

Por outro lado, porém, Guiraud (1989, p. 27) defende que o signo é arbitrário na medida em que não existe entre o significante e o significado alguma relação além de uma mera convenção entre emissor e receptor, caso contrário o signo pode ser *motivado*. Nesse sentido, o autor pondera que Saussure visava à teoria de uma origem onomatopaica dos sons, sem excluir a noção de motivação em outros planos e informa que há, nesse campo, três noções, a de *arbitrariedade*, a de *motivação* e a de *convenção*. A noção de *arbitrariedade* se opõe à de *motivação* e refere-se à *convencional*, tendo em vista que na ausência de qualquer motivação, a convenção fundamenta o significado. “Mas ‘convencional’ não exclui motivado”, alerta. Olhando a questão desse ângulo, não podemos descartar a possibilidade de adoção das terminologias: *cristão*, *evangélico* e *crente* terem sido motivadas.

Uma Consideração Final

Fazemos questão de reiterar aquilo que procuramos deixar claro na introdução deste artigo: com este estudo de caráter científico, pretendemos apenas prestar uma contribuição para a ciência da linguagem, ao analisar indícios de um fenômeno de mudança lingüística. De modo algum, temos o objetivo interferir nas relações diplomáticas entre as congregações ou segmentos religiosos aqui citados, unicamente por força da necessidade de expor os fatos e construir a argumentação.

REFERÊNCIAS

- BENVENISTE, Emile. Da subjetividade na linguagem. In: BENVENISTE, E. *Problemas de lingüística geral*. São Paulo: C.E.N., 1976.
- CÂMARA JR. Joaquim. *Princípios de lingüística geral*. 4. ed. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1974.
- CASTILHO, Ataliba. de. A gramaticalização. In: *Estudos Lingüísticos e Literários*. Salvador: EDUFBA, 1997.
- CASTILHO, Ataliba. *Introdução à lingüística cognitiva*. São Paulo: Relatório Científico submetido à FAPESP (Proc. 99/10399-9), 2001.
- CASTILHO, Ataliba. *An approach to language as a complex system*. New issues in Historical linguistics. (São Paulo: Relatório Científico CNPQ (Proc. 306363/2004-6)), 2007.
- COSERIU, E.. *Sincronia, diacronia e história: o problema da mudança lingüística*. Trad. Carlos Alberto da Fonseca e Mário Ferreira. Rio de Janeiro: Presença; São Paulo: Universidade de São Paulo, ([1958] 1979).
- FERREIRA. Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Aurélio século XXI: o dicionário da língua portuguesa*. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
- GUIRAUD, Pierre. *A semântica*. 5. ed. Trad e adaptação Maria Elisa Mascarenhas. Rio de Janeiro: Bertrand, 1989.
- HALLIDAY, M. A. K.. *Explorations in the functions of language*. Londres: Edward Arnold, 1973.
- HURLBUT, Jesse. *História da igreja cristã*. São Paulo: Vida, [1967] 1979.
- LANGACKER, R.. Syntactic reanalysis. In: LI, C. *Mechanisms of syntactic change*. Austin: University of Texas Press, 1977.
- LUCCHESI, Dante *Sistema, mudança e linguagem*. Um percurso da Lingüística no século XX. Lisboa: Colibri, 1995.
- MARTELOTTA, Mário. A mudança lingüística. In CUNHA, Maria Angélica; OLIVEIRA, Mariângela, MARTELOTTA, Mário. *Lingüística funcional: teoria e prática*. Rio de Janeiro: DP & A, 2003a.
- MARTELOTTA, Mário; AREAS, Eduardo. A visão funcionalista da linguagem no século XX. In CUNHA, Maria Angélica; OLIVEIRA, Mariângela, MARTELOTTA, Mário. *Lingüística funcional: teoria e prática*. Rio de Janeiro: DP & A, 2003b.
- NEVES, Maria Helena de Moura. *A gramática funcional*. São Paulo: Martins Fontes, [1997] 2001.

- PEZATTI, Erotilde Goreti. O funcionalismo em lingüística. In: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Chistina. Org. *Introdução à lingüística: fundamentos epistemológicos*. V. 3. São Paulo: Cortez, 2004.
- PIRES DE OLIVEIRA, Roberta. Semântica. In: MUSSALIM, Fernanda. BENTES, Anna Chistina (org.). *Introdução à lingüística: domínios e fronteiras*. São Paulo: Cortez, 2001, p. 17-46.
- SAUSSURE, Ferdiand. *Curso de lingüística geral*. Organizado por Charles Bally e Albert Sechehaye. Trad. Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein. 18, 19, 20 ed. São Paulo: Cultrix, 1995.
- SCHLIEBEN-LANGE, Brigitte. Reflexões sobre a pesquisa em mudança lingüística. Trad. Ute Bärnet-Fürst. In *D.E.L.T.A.* v. 10. Especial. São Pulo: D.E.L.T.A, 1994.
- WEINRICH, Uriel; LABOV, William; HERZG, Marvin I. *Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança lingüística* Trad. Gustavo Ribeiro da Gama (Coord. Célia Marques Telles) Salvador: UFBA/PPGLL, 1998. Tradução não comerciável.